

1                                   **ATA DA 44ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CRP-MG - XIII PLENÁRIO**  
2                                   **REALIZADA EM 04/05/2012**  
3

4   Aos quatro dias do mês de maio de dois mil e doze, com início às 19 horas, realizou-se a 44ª  
5   Plenária do XIII Plenário do Conselho Regional de Psicologia - 4ª Região (MG), tendo como  
6   Conselheira Presidente Marta Elizabeth de Souza, Conselheira Vice-Presidente Marisa Estela  
7   Sanabria Bourman, Conselheira Tesoureira Lourdes Aparecida Machado e Conselheiro  
8   Secretário Celso Renato Silva. Estiveram presentes os **Conselheiros Efetivos:** Lourdes  
9   Aparecida Machado, Celso Renato Silva, Marisa Estela Sanabria Bourman, Alcina Mendes  
10  Brito, Cristiane Saúde Barreto Napoli, Júnia Maria Campos Lara, Marcus Macedo da Silva,  
11  Maria de Fátima Lobo Boschi, Milton dos Santos Bicalho, Ricardo Ribeiro O. Resende, Rita  
12  Maria Auxiliadora Mendes e Vera Luiza Bartels Fernandes. **Conselheiros Suplentes:** André  
13  Amorim Martins, Anna Christina C. M. Pinheiro, Jacques Akerman, Maria da Conceição Novaes  
14  Caldas, Paula Ângela F. e Paula, Renata Ferreira Jardim de Miranda, Robson José da Silva  
15  Campos, Tiago Humberto R. Rocha. **Quorum de Conselheiros Efetivos:** Foi verificado o  
16  quorum dos Conselheiros Efetivos presentes, totalizando onze, tendo o Plenário elevado à  
17  condição de conselheiros efetivos os conselheiros Anna Christina C. M. Pinheiro, Jacques  
18  Akerman, Maria da Conceição Novaes Caldas, Paula Ângela F. e Paula. **Justificativas de**  
19  **Ausência:** Marta Elizabeth de Souza, Carlos Roberto Sícoli, Maria Teresa Antunes Albergaria,  
20  Milton dos Santos Bicalho, Elizabeth Lacerda Barbosa, Márcia Maria Rodrigues Ribeiro  
21  justificaram por email. **Assuntos Tratados:** Apresentação da psicóloga Elisa Campos, que  
22  conduzirá os trabalhos do GT do Sistema Prisional aos Conselheiros do XIII Plenário: O  
23  Conselheiro Robson Campos apresentou a psicóloga Elisa Campos para o XIII Plenário. Elisa  
24  atua no Núcleo Prisional do PAI-PJ do TJMG, o que a permite ter contatos freqüentes com os  
25  psicólogos que atuam nas Unidades do Sistema Prisional da SEDS/MG. O Conselheiro colocou  
26  que em virtude da distância, ele estará acompanhando o GT do Sistema Prisional e estará  
27  presente às reuniões sempre que possível, mas que quem coordenará o GT e conduzirá as  
28  reuniões será Elisa. A psicóloga Elisa colocou que este GT já vinha sendo fomentado em  
29  discussões com o Conselheiro Robson e também com alguns colegas do Sistema Prisional e  
30  informou que os psicólogos no Sistema Prisional trabalham sob pressão. Ela expôs que a partir  
31  da Portaria Interministerial do MS/MJ 1777 de 2003, as equipes interdisciplinares das unidades  
32  prisionais devem cuidar da Assistência à Saúde dos Presos e avaliando o trabalho executado  
33  pelos psicólogos foi verificado uma falta de acompanhamento dos presos. Ao psicólogo  
34  também cabe a elaboração de um plano de ressocialização do preso. Há uma queixa da  
35  categoria quanto à falta de apoio e de espaço no CRP-04 para discussão e que a inserção  
36  destes psicólogos no CRP/MG é muito importante. A Conselheira Paula de Paula colocou que a  
37  confeção do documento de referência sobre o Sistema Prisional ficou muito corrido e lamentou  
38  este fato. Apresentação dos Pontos da APAF pelos técnicos da ETEC: 1) Avaliação Psicológica  
39  e Direitos Humanos: A técnica de Orientação e Fiscalização Liziane fez o levantamento  
40  histórico a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos e da Constituição Federal  
41  enfocando o olhar crítico sobre práticas dos psicólogos e o compromisso social da psicologia. A  
42  técnica listou as principais referências do CFP com relação ao tema Avaliação Psicológica, são  
43  elas: A) RES. CFP 01/2002 que regulamenta a Avaliação Psicológica em Concurso Público e  
44  processos seletivos da mesma natureza; B) RES. CFP 02/2003 que define e regulamenta o  
45  uso, a elaboração e a comercialização de testes psicológicos e revoga a Resolução nº 25/2001  
46  e C) RES. CFP 06/2004 que altera a Resolução 02/2003 (revisão das pesquisas). Sobre a  
47  Resolução 07/2003 que trata do Manual de Elaboração de Documentos Escritos Produzidos  
48  pelos Psicólogos a técnica ressaltou que a Resolução nas considerações iniciais define que a  
49  “avaliação psicológica é entendida como o processo técnico-científico de coleta de dados,  
50  estudos e interpretação de informações a respeito dos fenômenos psicológicos, que são  
51  resultantes da relação do indivíduo com a sociedade, utilizando-se, para tanto, de estratégias  
52  psicológicas – métodos, técnicas e instrumentos. Os resultados das avaliações devem  
53  considerar e analisar os condicionantes históricos e sociais e seus efeitos no psiquismo, com a  
54  finalidade de servirem como instrumentos para atuar não somente sobre o indivíduo, mas na  
55  modificação desses condicionantes que operam desde a formulação da demanda até a

56 conclusão do processo de avaliação psicológica” e ainda “torna-se imperativo a recusa, sob  
57 toda e qualquer condição, do uso dos instrumentos, técnicas psicológicas e da experiência  
58 profissional da Psicologia na sustentação de modelos institucionais e ideológicos de  
59 perpetuação da segregação aos diferentes modos de subjetivação. Sempre que o trabalho  
60 exigir, sugere-se uma intervenção sobre a própria demanda e a construção de um projeto de  
61 trabalho que aponte para a reformulação dos condicionantes que provoquem o sofrimento  
62 psíquico, a violação dos direitos humanos e a manutenção das estruturas de poder que  
63 sustentam condições de dominação e segregação”. A técnica levantou que diversas outras  
64 resoluções direcionavam para este sentido de inserção de questões de direitos humanos e não  
65 apenas a avaliação e fiscalização, entre elas: RES CFP 01/1999 que estabelece normas de  
66 atuação para os psicólogos em relação a questão da orientação sexual; RES CFP 18/2002 que  
67 estabelece normas de atuação para psicólogos em relação a preconceito e discriminação racial;  
68 RES CFP 10/2010 que institui a regulamentação da Escuta Psicológica de Crianças e  
69 Adolescentes envolvidos em situação de violência, na Rede de Proteção; RES CFP 12/2011  
70 que regulamenta a atuação da(o) psicóloga(o) no âmbito do sistema prisional e revoga a RES  
71 CFP 09/2010 e por último a RES CFP 05/2012 que altera a Resolução CFP n.º 002/2003, que  
72 define e regulamenta o uso, a elaboração e a comercialização de testes psicológicos.  
73 (requisitos éticos e direitos humanos). Com relação às demandas recebidas pela COF/ETEC a  
74 técnica Liziane informou que recebem solicitação de avaliações e laudos para legitimar práticas  
75 que culpabilizam o indivíduo em detrimento dos determinantes sociais e que por vezes  
76 provocam exclusão, discriminação; solicitação de verificação se criança deve ou não estudar  
77 em escola especial; análise para encontrar criança e casal adequados em situação de adoção;  
78 avaliação de progressão na pena e punição de presos e avaliação Psicológica para obtenção  
79 de CNH. A técnica avaliou que existe uma tensão entre indivíduo x contexto social,  
80 cientificidade x direitos humanos e avaliação psicológica x políticas públicas e que isto será  
81 objeto de discussão na APAF de Maio que criou o GT de Avaliação Psicológica e Direitos  
82 Humanos que substituirá o GT da Escala Hare e percebeu que está havendo uma evolução na  
83 profissão, e também no Sistema Conselhos e na Regulamentação. 2) Reestruturação da  
84 Política de Orientação e Fiscalização: A técnica de orientação e fiscalização Carolina  
85 contextualizou a discussão da Reestruturação da Política de Orientação e Fiscalização que foi  
86 proposta na APAF de dezembro de 2011 e sugerido metodologia de debates regionais e  
87 nacional, circunscritos aos gestores do Sistema Conselhos em diálogo constante com equipe  
88 técnica, e posterior apresentação e consulta pública à categoria, retornando para APAF de  
89 dezembro 2012 para deliberação. Com relação ao texto apresentado na APAF a técnica  
90 ressaltou: A) A lógica do Estado Democrático de Direito: reorientar as instâncias de controle e  
91 fiscalização sob o poder do Estado; B) Os conselhos profissionais têm essa função de  
92 regulação da relação entre direito individual, coletivo e a eficiente prestação dos serviços em  
93 consonância com disciplina de classe e com a ética profissional; C) Defesa dos Direitos  
94 Humanos e da Cidadania; D) Avanço do campo de atuação nas Políticas Públicas; E) Mudança  
95 das condições de trabalho – atravessamentos institucionais; F) Hiato no que diz respeito às  
96 orientações e fiscalizações. Sobre a Vigilância em saúde definida como a vigilância sobre a  
97 prestação de serviços de interesse à saúde e o poder de polícia que significa o poder-dever  
98 irrenunciável ao interesse público a técnica Carolina listou os principais eixos de ação para o  
99 aperfeiçoamento do exercício do Poder de Polícia pelo Sistema Conselhos de Psicologia que  
100 são: Revisões normativas; capacitação dos agentes e a proceduralização e articulação das  
101 parcerias com outros órgãos. A técnica Carolina levantou questionamentos que estão sendo  
102 propostos sobre a política de orientação e fiscalização no Sistema Conselhos como quais  
103 seriam os reais entraves para o avanço das ações de orientação e fiscalização e qual o lugar  
104 ocupado pela orientação e fiscalização nos 40 anos do Sistema Conselhos? E sugeriu que a  
105 normatização para o trabalho contemplaria as questões levantadas – direitos humanos,  
106 responsabilidade social, intervenções institucionais, políticas públicas. 3) Psicoterapia como  
107 prática exclusiva do psicólogo: O técnico de orientação e fiscalização Jaider informou que 2009  
108 foi o ano da Psicoterapia pelo Sistema Conselho e foram feitas várias propostas, mas nenhuma  
109 foi implementada e fez um breve histórico do contexto da discussão pelo Sistema Conselho. O  
110 técnico informou que após um ano de discussão foram feitas propostas em cada eixo de

111 discussão. Com relação ao Eixo 1 - A constituição das psicoterapias como campo  
112 interdisciplinar as propostas foram as seguintes: **A) Discussão sobre a exclusividade dos**  
113 **psicólogos na prática da psicoterapia:** 1) Discutir os limites das reivindicações de  
114 exclusividade de psicólogos na prática da psicoterapia; 2) Ampliar a discussão com a categoria  
115 sobre exclusividade ou não de psicólogos na prática da psicoterapia; **B) Definição de**  
116 **Psicoterapia:** 1) Discutir os critérios de cientificidade da psicoterapia, aprofundando as  
117 discussões na epistemologia da Psicologia; 2) Definir a psicoterapia como um conjunto de  
118 métodos e técnicas científicas que compõem uma prática. **C) Psicoterapia como Prática**  
119 **Social: Transformadora e Curativa?** 1) Considerar a psicoterapia como prática clínica de  
120 cunho social. **D) Diferenciação entre Psicoterapia e outras Práticas Psicológicas:** 1)  
121 Discutir e divulgar a diferenciação entre os diversos modos de atenção psicológica e a  
122 psicoterapia. **E) Divulgação:** 1) Ampliar, pelo Sistema Conselhos de Psicologia, a divulgação  
123 para a sociedade sobre a prática psicoterápica no campo da Psicologia, por meio de  
124 organização de fórum de discussão permanente, ocupando espaços na mídia; incentivando a  
125 categoria a participar dos espaços de controle social em âmbitos nacional, estadual e  
126 municipal, garantindo a discussão constante do lugar do psicólogo no campo das psicoterapias;  
127 2) Cuidar da clarificação e construção adequada da representação social da Psicologia e da  
128 psicoterapia para a sociedade por meio de campanhas publicitárias e pesquisas; 3) Realizar  
129 debates amplos sobre a Resolução 10/00; 4) Que sejam realizadas campanhas na mídia e  
130 outros meios de comunicação, esclarecendo o objetivo da psicoterapia, minimizando os  
131 preconceitos em relação à prática, tornando mais acessível o serviço à população. **F)**  
132 **Reconhecimento de Práticas:** 1) Discutir a realização do mapeamento das práticas  
133 psicoterápicas dos psicólogos e divulgar as práticas reconhecidas; 2) Fomentar debates sobre  
134 práticas e teorias emergentes; 3) Explicitar critérios para reconhecimento das abordagens  
135 psicoterápicas. **G) Espaço Permanente de Discussão:** 1) Criar um espaço permanente de  
136 discussão a respeito das psicoterapias, no Sistema Conselhos, mantendo a autonomia dos  
137 Conselhos Regionais. **H) Dispositivo de Referências para Psicoterapia:** 1. Discutir a criação  
138 de um dispositivo de referências em psicoterapia que possibilite a consulta pela população. **I)**  
139 **Psicoterapia e Políticas Públicas:** 1) Propor que o Centro de Referência Técnica em  
140 Psicologia e Políticas Públicas (Crepop) pautar a construção de referências para a prática de  
141 psicoterapias na saúde pública; 2) Que o Sistema Conselhos enfatize junto aos gestores a  
142 importância de condições físicas e materiais que possibilitem a adequação do atendimento  
143 psicoterápico e seu sigilo (condições ambientais adequadas ao setting terapêutico),  
144 considerando os diversos contextos em que estes atendimentos devem ocorrer. **J) Pesquisa:**  
145 1) Incentivar e promover pesquisas e publicações científicas no campo das psicoterapias; 2)  
146 Promover maior aproximação da academia com a prática profissional; 3) Incentivar a pesquisa  
147 e a iniciação científica, inclusive no campo da psicoterapia, para desenvolver o olhar de  
148 psicólogo e pesquisador. 4) Fomentar pesquisa para estabelecimento de proporção de  
149 psicólogos por habitantes, a fim de subsidiar políticas públicas nas diferentes áreas, atendendo  
150 assim as diversas demandas sociais. **K) Atestados Psicológicos:** 1. Que o Sistema  
151 Conselhos de Psicologia atue junto ao Ministério do Trabalho e Previdência Social (Saúde do  
152 Trabalhador) exigindo o reconhecimento da legitimidade da emissão de atestados por parte dos  
153 psicólogos, legitimando a resolução CFP 015/96. **L) Clínica Ampliada:** 1) Aprofundar o  
154 conceito de clínica ampliada, bem como de seu potencial psicoterápico; 2) Que o Sistema  
155 Conselhos de Psicologia mantenha representantes nos espaços de controle social para  
156 reflexão permanente sobre o papel do psicólogo nos diversos campos de atuação; 3) Refletir  
157 sobre a prática da psicoterapia quanto ao trabalho em hospitais, saúde pública e coletiva,  
158 formalizando regras de conduta legítimas e ações integradas (compartilhamento de prontuários,  
159 integração de equipes e apropriação ou não de técnicas em áreas afins, etc.); 4) Propor que o  
160 Sistema Conselhos de Psicologia dialogue com os gestores para dar condições de atendimento  
161 à população, por parte dos profissionais de Psicologia, em suas diversidades sócio-culturais  
162 (pessoas com necessidades educacionais especiais, pessoas com deficiências) e étnico-raciais  
163 (negros, indígenas, ciganos e outros); 5) Afirmer o lugar da psicoterapia como um entre os  
164 vários dispositivos que se colocam a serviço da população (tanto na rede pública quanto na  
165 rede privada). Sobre o Eixo 2 - Parâmetros técnicos e éticos mínimos para a formação na

166 graduação e na formação especializada e para o exercício da psicoterapia pelos psicólogos.  
167 Parâmetros: referências e/ou regulação o técnico Jaider ressaltou que a discussão foi sobre a  
168 Residência em Psicoterapia e a questão da formação. Em relação ao Eixo 3 foram  
169 apresentadas em 2009 as seguintes propostas: **A) Parcerias Fórum de Discussão:** 1) Criação  
170 de um fórum de discussão permanente de orientação ético-profissional entre as diversas  
171 entidades, possibilitando a relação entre elas; 2) Manter a discussão sobre o tema por, pelo  
172 menos, mais 1 (um) ano dentro da categoria, antes de abrir o diálogo com outros atores que  
173 representem as esferas profissionais que atuam no campo. **B) Questões para o Sistema**  
174 **Conselhos:** 1) Após a discussão com a categoria, promover o diálogo entre os profissionais de  
175 Psicologia e os demais profissionais do campo da psicoterapia em relação à formação e ao  
176 exercício da mesma; 2) Que o Sistema Conselhos não delegue a outras instituições a tarefa de  
177 responder as questões referentes à regulação/regulamentação do exercício da prática  
178 psicoterápica do psicólogo; 3) Fomentar ações de mapeamento e diálogo com os profissionais  
179 da psicoterapia em cada Regional; 4) Criar estratégias, em parceria com o Fórum Permanente  
180 de Discussão com entidades de Psicoterapia e outros conselhos reguladores de classe, para  
181 esclarecer a população sobre o que é psicoterapia, seus limites e abrangência. **C) Outros:** 1)  
182 Indicativo para o VII CNP de revisão da tabela de honorários (Atividades e Honorários). O  
183 Conselheiro Jacques perguntou se de 2009 para cá se houve alterações. O técnico Jaider  
184 informou que não houve novidades, tendo inclusive ligado ao CFP para saber informações. O  
185 técnico Jaider fez um histórico sobre os documentos norteadores sobre as Práticas Integrativas  
186 e Complementares de 1997 a 2010 foram publicadas as Resoluções CFP nº 10/1997 que  
187 estabelece critérios para divulgação, a publicidade e o exercício profissional do psicólogo,  
188 associados a práticas que não estejam de acordo como os critérios científicos estabelecidos no  
189 campo da Psicologia e Resolução CFP nº 11/1997 que dispõe sobre a realização de pesquisas  
190 com métodos e técnicas não reconhecidas pela Psicologia; Instrução Normativa CFP nº  
191 12/1997; Resolução Conselho Nacional de Saúde 196/96; Resolução CFP nº 16/2000 sobre  
192 Pesquisa com seres humanos; Ofício CFP nº 35/2010 Práticas Alternativas / emergentes que  
193 sugere a avaliação das práticas pelos Conselhos Regionais e exemplificou com o caso do  
194 psicólogo Jovino que utiliza-se da prática da psicologia transpessoal e o assunto foi levado ao  
195 Plenário anterior e foi proposto a elaboração de uma carta ao psicólogo, porém não houve o  
196 tempo hábil de terminá-la e fizeram uma orientação de que fosse encaminhada carta aos  
197 psicólogos que utilizam de práticas semelhantes. O técnico Jaider informou que foi criado pelo  
198 CFP o GT de Práticas Integrativas e Complementares e a Política Nacional de Práticas  
199 Integrativas e Complementares em 2006. O técnico Jaider ressaltou quanto a Prática de Florais  
200 de Bach que com uso da massagem e da prescrição de floral o indivíduo não se implica com a  
201 prática, ficando sujeito a aplicação da técnica e alertou que se deve pensar primeiramente na  
202 ética profissional e sugeriu discutir o assunto no Fórum sobre Medicalização da Saúde. A  
203 Conselheira Vice-Presidente Marisa Sanabria informou que o CRP-04 está com um GT sobre  
204 as Práticas Integrativas e Complementares e que irá produzir um documento para pautar na  
205 APAF de Dezembro/2012. O Conselheiro Marcus Macedo informou que no dia 21/05 segunda-  
206 feira às 18:30h será realizado uma palestra sobre o EMDR. Ato Médico: A Conselheira  
207 Tesoureira Lourdes Machado informou que o Ato Médico já passou pela Comissão de  
208 Educação e o Senador Cássio Cunha Lima fez uma Audiência Pública e o CFP solicitou  
209 participar da mesma. A Conselheira informou que o Senador afirmou que não viu nenhuma  
210 divergência, que o Ato Médico no texto interferindo nas outras profissões, e ainda que o  
211 Presidente do Conselho Federal de Medicina Salomão Rodrigues ponderou que a proposta é  
212 necessária porque define as prerrogativas profissionais da categoria, mas não reduz a  
213 autonomia de outras profissões. Sobre o cenário do PL do Ato Médico a Conselheira Lourdes  
214 colocou que o Conselho de Nutrição não vê problema no texto como está porque o nutricionista  
215 não faz diagnóstico nosológico. Já o Conselho de Farmácia a Conselheira explicou que não viu  
216 muita mobilização. Para a Conselheira o grande emperramento do Projeto está no diagnóstico  
217 nosológico, que do jeito que está no texto o psicólogo não poderá realizar nenhum documento  
218 que tenha CID. A outra questão está nos cargos de direção - chefia de serviços - na lei propõe  
219 serviços estritamente médicos; outro ponto levantado é a ensino de disciplinas de áreas  
220 específicas médicas, que existem disciplinas que profissionais de outras áreas também

221 ministram aulas nos cursos de medicina e por último os encaminhamentos, para conseguir  
222 fazer o tratamento deve ser feito a consulta médica antes e depois, o que fere os princípios de  
223 Alma Ata. A Conselheira Alcina questionou se o PL poderia sobrepor a lei referente a atuação  
224 do psicólogo. A Conselheira Lourdes esclareceu que o objetivo é exatamente não deixar passar  
225 esta situação, e ponderou que o psicólogo poderá ser processado pelos médicos quanto atuar  
226 com diagnóstico nosológico. O Conselheiro Jacques Akerman colocou que a argumentação da  
227 contingência é frágil. A Conselheira Lourdes explicou que acontecerá no dia 30 de maio a  
228 manifestação contra o Ato Médico em Brasília e esclareceu que nos Estados a estratégia é  
229 lançar ações que gerem mídia. A Conselheira Lourdes informou que no dia 07 de maio haverá  
230 uma reunião às 19:30h no CRP-04 para tratar da mobilização em Minas Gerais, onde será  
231 proposto a realização de uma blitz em 3 (três) pontos de Belo Horizonte. Para a Manifestação  
232 em Brasília está sendo mobilizada a realização de caravanas e marcação de audiência pública  
233 com os Senadores mineiros em Brasília. A Conselheira Lourdes esclareceu que esteve na PUC  
234 Minas na Semana da Diversidade, juntamente com o PSIND-MG no dia 23 de abril e no dia 27  
235 de abril participou de Mesa Redonda sobre o Ato Médico promovido pela Univás em Pouso  
236 Alegre que contou com a participação de 100 estudantes, a maioria alunos do curso de  
237 Fisioterapia. A Conselheira Vera explicou que houve divulgação no município para que os  
238 estudantes de psicologia participassem da Mesa Redonda e ressaltou que foi informado na  
239 Jornada da Univás que teve a presença da Conselheira Fátima Boschi. A Conselheira Paula de  
240 Paula colocou que as pessoas estão esquecendo os princípios do SUS ao propor este Projeto  
241 de Lei. A Conselheira Alcina colocou que fez visitas técnicas nos 2(dois) CAPS - CAPS1 e  
242 CAPSAd - do município de Bocaiúva que estavam em situação precária e informou ao gestor  
243 que o Ministério da Saúde tem um valor de R\$ 160.000,00 para o município. A Conselheira  
244 denunciou que o gestor está dividindo os horários dos profissionais dos CAPS entre os próprios  
245 CAPS e uma Comunidade Terapêutica do município e ainda perguntou para a mesma se o  
246 recurso poderia ser investido na Comunidade Terapêutica, ratificando o desconhecimento dos  
247 princípios do SUS citado pela Conselheira Paula de Paula. A Conselheira Cristiane Barreto  
248 colocou que quando se propôs Sim à Saúde e Não ao Ato Médico ela percebe que isto é uma  
249 posição bem delimitada e ressaltou que a Medicina fez um Ato onde se discute a relação de  
250 poder e levantou que o que está em discussão é a interdisciplinaridade, que na prática não está  
251 acontecendo, e que a psicologia avançou e conquistou lugares e o que está sendo visto é a  
252 perda destas conquistas. O Conselheiro Jacques Akerman colocou que o texto do que está no  
253 material está com uma linguagem muito técnica para ser apresentado para a população e  
254 sugeriu a Assessoria de Comunicação auxiliasse na formulação do texto de forma a atingir a  
255 população e ajudar nas estratégias de mobilização, principalmente fazendo uso das redes  
256 sociais. **Deliberação:** O XIII Plenário deliberou que quando tiver evento nas Subsedes seja  
257 encaminhado release a imprensa local. ULAPSI: O Conselheiro Secretário Celso Renato  
258 informou que além dele estiveram no evento da ULAPSI a Conselheira Vice-Presidente Marisa  
259 Sanabria representando o CRP-04, a Conselheira Renata Miranda representando a ABRAPED  
260 e a Conselheira Júnia Lara representando o Centro Universitário Newton Paiva. O Conselheiro  
261 Celso Renato informou que da reunião do dia 24/04 ressaltou a fala do psicólogo Marcus  
262 Vinícius que em viagem à Portugal percebeu que os países europeus estão valorizando as  
263 conquistas de garantias de direito que é vivenciado na América Latina, o que não é visto entre  
264 os psicólogos na Europa. Em relação ao Congresso da ULAPSI ficou claro a discussão da  
265 identidade latino-americana em todas as mesas. O Conselheiro Celso Renato informou que a  
266 sede da ULAPSI será no Brasil e o Estatuto aprovado foi o brasileiro e ainda foi instituída a  
267 personalidade jurídica da ULAPSI. Estiveram representantes de 56 entidades sendo 21 delas  
268 brasileiras no evento da ULAPSI. O Psicólogo Cubano Manolo será o Secretário Executivo da  
269 ULAPSI. O próximo Congresso será na Guatemala. O Conselheiro Celso ficará como  
270 colaborador na organização da sede da ULAPSI no Brasil. A Conselheira Vice-Presidente  
271 Marisa Sanabria colocou que na mesa de gênero onde foi tratada a violência de gênero na  
272 América Latina que é uma epidemia nos países e ressaltou a fala do Prof. Sebastião Rogério  
273 Goes Moreira na mesa de Psicologia no século XXI sobre a ética da pesquisa em Psicologia,  
274 que levantou que a psicologia trabalha com a pesquisa com criança, mulheres e não é  
275 verificado os desdobramentos das intervenções nestas pesquisas e nem a questão ética e

276 sugeriu que o mesmo fosse convidado para participar de uma COF Ampliada. No mesmo  
277 Simpósio a professora Irani Tommiato de Oliveira mencionou que é imprescindível termos a  
278 inclusão da pesquisa na graduação de psicologia como uma forma de dominar o  
279 desconhecimento e como um recurso pedagógico e estratégico. A Conselheira Marisa apontou  
280 também que foi discutido em outra mesa sobre a família na América Latina, a noção de família  
281 constituída por mulheres sozinhas, sem a presença do companheiro ou parceiro e a as famílias  
282 digitais (filhos sem intimidade de laços, transformando a relação das crianças com os adultos,  
283 famílias consumidoras) e o papel de protagonismo dos avós na família. A Conselheira ressaltou  
284 ainda a fala da Eva Giberti de Buenos Aires relatando a experiência com mulheres vítimas de  
285 violação e tráfico e a solicitação no ano de 2006 a pedido do então Presidente Argentino Nestor  
286 Kitchner de uma lei e uma intervenção para proteger as mulheres violentadas e seqüestradas  
287 para o tráfico e prostituição. Uma equipe de psicólogas se trasladava ao lugar da violência, as  
288 chamadas “brigadas de psicólogas” antes mesmo da polícia. A Conselheira sugeriu trazer a  
289 psicóloga Eva Giverte para falar sobre o assunto no CRP-04. A Conselheira Marisa ressaltou  
290 ainda a Conferência do professor Yamandú Acosta sobre a possibilidade de uma psicologia de  
291 emancipação, do entusiasmo, da vivacidade e da graça, questionando a prática do consultório  
292 como o lugar onde o psicólogo se abstrai das contradições, ao mesmo tempo se questionando  
293 onde estaria a universalidade da psicologia. A Conselheira Paula de Paula perguntou se foi  
294 discutido em alguma mesa sobre a Comissão da Verdade. A Conselheira Marisa Sanabria  
295 informou que houve a discussão, mas que ela não participou da mesa. O Conselheiro Celso  
296 Renato informou que em relação ao tema álcool e outras drogas, o Uruguai tem outra forma de  
297 lidar com o tema, uma vez que lá a relação com as drogas é diferente de como é tratado no  
298 Brasil e ressaltou a participação de Cuba para que o Brasil fosse aprovada como sede da  
299 ULAPSI. ASCOM: O Conselheiro Celso informou que estão sendo contratados estagiários de  
300 relações públicas e publicidade e propaganda para investir na infraestrutura da ASCOM e  
301 apresentou a proposta feita pelo Assessor de Comunicação Álvaro de se realizar visita às  
302 Subsedes, como uma forma de se descentralizar a comunicação e o contato com a imprensa  
303 local e que para o Jornal do Psicólogo está sendo contratado o jornalista Marcos como free  
304 lancer, ele já fez estágio no CRP-04. O Conselheiro solicitou a todos que lessem as pautas que  
305 haviam sido definidas anteriormente e para o Jornal do Psicólogo nº 100 a proposta é que seja  
306 reformulada a linha editorial, inclusive a regularidade de edições. O Conselheiro Celso informou  
307 que está sendo contratado um Consultor com certificado PMP e foi implantado a fun page do  
308 Conselho no facebook. O Conselheiro Celso esclareceu que está sendo contratada uma  
309 empresa para atualizar o clipping de informações sobre temas relativos a psicologia e ao CRP-  
310 04 na imprensa. **Deliberação**: O XIII Plenário aprovou a ida do Assessor de Comunicação  
311 Álvaro às Subsedes. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, e eu, Celso Renato  
312 Silva, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada por mim e pelos demais  
313 presentes. Belo Horizonte, 04 de Maio de 2012.

